



Ministra e ex-PGR de acordo na “delação premiada”

“Direito premial” já existe na lei nacional e pode ser melhorado

CORRUÇÃO O direito premial – uma espécie de delação premiada – já está consagrada na legislação portuguesa, a sua aplicação nem sempre é tão eficaz como deveria e em causa está um instrumento que pode ser útil no combate à corrupção.

Foi esta, em síntese, a posição defendida pela ministra da Justiça, Francisca Van Dunem, e Joana Marques Vidal, ex-procuradora-geral da República (2012-2018), num painel sobre “democracia e a luta contra a corrupção” que marcou o segundo de três dias das Conferências do Estoril, que hoje chegam ao fim.

Entre os aspetos apontados pela governante para explicar a dificuldade na aplicação em Portugal do chamado direito premial, está o facto de a denúncia ter de ocorrer num prazo de 30 dias e do benefício daí decorrer ser “apenas uma possibilidade” e não uma obrigação. “Podemos trabalhar muito nisso”, sublinhou.

“Não podemos deixar que o tema da corrupção seja o tema dos movimentos autoritários e populistas. A bandeira da corrupção tem de ser uma bandeira dos sistemas democráticos”, alertou, por sua vez, a antiga PGR.

O painel contou ainda com a participação, entre outros, de Sérgio Moro, atual ministro da Justiça do Brasil e ex-juiz do processo Lava Jato. **INÊS BANHA**



Francisca Van Dunem